


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0024677-31.2012.8.26.0566**
Classe - Assunto **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 19/12/2013 11:27:28 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

ANTONIO GARCIA FILHO, SATURNINO BRANCO e WALDEMAR PASQUA opuseram embargos à execução, por **CURADOR ESPECIAL**, que lhe move a **Fazenda Publica do Municipio de Sao Carlos**, postulando a antecipação do pagamento dos honorários do curador especial, e, no mais, a nulidade da citação editalícia pois não precedida do esgotamento dos meios para a localização dos executados.

A embargada apresentou impugnação (fls. 14/22) alegando o descabimento do adiantamento de honorários e, no mais, a validade da citação por edital.

Houve réplica (fls. 23).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da LEF pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A execução foi movida, inicialmente, contra José Antônio Aldana, que posteriormente viria a ser excluído do pólo passivo (fls. 29, 33, autos principais).

Os embargantes Saturnino Branco, Waldemar Pasqua e Antonio Garcia Filho somente foram incluídos no pólo passivo mais tarde, a requerimento da exequente (fls. 10, autos principais), e as suas citações ocorreram, imediatamente, por edital (fls. 15, autos principais).

Também foi incluído, mais à frente, João de Lima (fls. 22, 24, autos principais), citado pessoalmente (fls. 28, autos principais), residindo no imóvel na


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

data da penhora (fls. 61/63) e, segundo consta, até hoje (fls. 134, autos principais).

A inclusão dos embargantes no pólo passivo foi indevida (matéria que este magistrado conhece de ofício), assim como foi nula a sua citação por edital.

- inclusão dos embargantes no pólo passivo

Conforme a Súm. 392 do STJ, "a Fazenda Pública pode substituir a Certidão de Dívida Ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução".

Admite-se a mitigação de tal súmula, a título excepcional, quando no curso da execução fiscal percebe-se que a pessoa cadastrada na prefeitura municipal como contribuinte alienou o imóvel ou seus direitos sobre ele a terceiro.

Nesse caso, possível a substituição do pólo passivo para que neste passe a figurar o novo proprietário.

Nesse sentido já decidiu o próprio STJ, harmonizando a Súm. 392 com a sistemática própria do IPTU: "A obrigação tributária real é propter rem, por isso que o IPTU incide sobre o imóvel (art. 130 do CTN). Ainda que alienada a coisa litigiosa, é lícita a substituição das partes (art. 42 do CPC), preceito que se aplica à execução fiscal, em cujo procedimento há regra expressa de alteração da inicial, qual a de que é lícito substituir a CDA antes do advento da sentença.(...) Conseqüentemente, descoberto o novel proprietário, ressoa manifesta a possibilidade de que, na forma do art. 2.º, da Lei 6.830/80, possa a Fazenda Pública substituir a CDA antes da sentença de mérito, impedindo que as partes, por negócio privado, infirmem as pretensões tributárias." (REsp 840623/BA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/09/2007, DJ 15/10/2007, p. 237)

Isso ocorreu, no caso em comento, em relação a João de Lima, adquirente, incluído no pólo passivo (corretamente) por conta disso.

Todavia, não é o que se dá em relação aos embargantes Saturnino Branco, Waldemar Pasqua e Antonio Garcia Filho, que, como vemos às fls. 10/11 dos autos principais, somente foram incluídos no pólo passivo após a exequente identificá-los como proprietários registrários, no CRI.

Incorre, nesse caso, o redirecionamento da execução contra o novel proprietário, contra o adquirente do imóvel.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ao contrário, a Fazenda Pública, após pesquisa no CRI, almejou o redirecionamento da execução contra o proprietário registrário, contra o "antigo proprietário" apenas porque não estava sendo localizado o proprietário que constava dos cadastros (José Antônio Aldana).

Impossível mitigar, neste caso, a Súm. 392 do STJ, é forçosa a extinção do processo, sem resolução do mérito, em relação aos embargantes, por ilegitimidade passiva.

- citação editalícia

Nula a citação por edital dos embargantes pois, como vemos às fls. 10/15 dos autos principais, não houve a tentativa de citação postal nem por oficial de justiça, procedendo-se, de imediato, à citação por edital.

Alega o exequente que, de início, já desconhecia o endereço de tais embargantes, por isso requereu a imediata citação editalícia.

Todavia, o exequente não demonstrou que previamente tentou localizar os embargantes (vg. pesquisa fonética no distribuidor judicial, inclusive com o propósito de obter os documentos de identidade dos embargantes como RG ou CPF; pesquisa no título aquisito da propriedade, mencionado na certidão de matrícula de fls. 11; etc), o que, no caso, fazia-se imprescindível para que, ao menos, fosse tentada a citação deles por alguma das modalidade reais, e não fictícias, de modo a garantir-se o direito de defesa e o contraditório.

Nula, portanto, a citação por edital.

Quanto ao pedido pagamento, pelo exequente, dos honorários do curador especial, em favor do FUNDEP, não deve ser admitido, uma vez que a curadoria especial constitui-se em função institucional da Defensoria Pública, não se mostrando possível o recebimento de honorários pelo desempenho de munus público (REsp 1297354/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 03/12/2012).

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** os embargos para **DECLARAR** a nulidade da citação por edital dos embargantes, e **CONDENO** a embargada em verbas sucumbenciais, arbitradas estas, por equidade, em R\$ 500,00.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Além disso, *ex officio* reconheço a ilegitimidade passiva dos embargantes e, em consequência, excludo **ANTONIO GARCIA FILHO, SATURNINO BRANCO e WALDEMAR PASQUA e suas esposas** do pólo passivo, com fulcro no art. 267, VI do CPC, julgando extinto o processo, em relação a eles, sem resolução do mérito.

Transitada em julgado, vista ao exequente, nos autos principais, para dar andamento ao feito, em relação ao executado subsistente, João de Lima.

P.R.I.

São Carlos, 26 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA